

ESPAÇO, MÍDIA E SOCIEDADE: O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO CRÍTICA – REFLEXÕES A PARTIR DAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAL E SOCIOCULTURAL

SPACE, MEDIA AND SOCIETY: TEACHING GEOGRAPHY AND CRITICAL TRAINING - REFLECTIONS FROM SOCIO-ENVIRONMENTAL AND SOCIO-CULTURAL ISSUES

Wellington dos Santos Figueiredo¹

Antônio Francisco Magnoni²

“Toda sociedade, toda cultura criam, inventam, instituem uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim a sua cultura.

Dessa forma é fundamental que reflitamos e analisemos como foi e como é concebida a natureza na nossa sociedade, o que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado e contra o qual constituímos o movimento ecológico.”

Carlos Walter Porto-Gonçalves, *Os (des)caminhos do meio ambiente*, p. 23-24.

Geografia, Educação e Natureza

À educação escolar é atribuída o importante papel de conferir sentidos e significados aos fluxos contínuos de informações e saberes atualizados, que são necessários à vida individual das pessoas oriundas das diversas camadas populacionais existentes em cada sociedade contemporânea. As práticas de ensino dos sistemas escolares asseguram aos alunos as principais ferramentas da alfabetização, que são constituídas pela capacidade de aprender a escrever,

¹ Pós-doutorando em Comunicação (UNESP-Bauru). Doutor em Mídia e Tecnologia (UNESP-Bauru). Mestre em Comunicação (UNESP-Bauru). Bacharel e Licenciado em Geografia. Licenciado em Pedagogia. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru – SP e do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. Professor da Escola Técnica Estadual “Astor de Mattos Carvalho”, Cabrália Paulista-SP (Centro Paula Souza). E-mail: wellington.figueiredo@uol.com.br.

² Pós-Doutor pela Universidad Nacional de Quilmes, em Indústrias Culturais: análise do projeto Brasil-Argentina de implantação da plataforma nipo-brasileira de TV Digital. Doutorado em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC-UNESP de Marília, SP). Docente do Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMIT), Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação-FAAC/UNESP de Bauru. Docente do Departamento de Comunicação Social da FAAC-UNESP e leciona no Curso de Jornalismo, as disciplinas Jornalismo Radiofônico e Projetos Experimentais. Lidera o grupo de pesquisa inscrito no CNPq, Grupo GEMS - Games, Educação, Mídia e Sentido e participa do LECOTEC-Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologias e Educação Cidadã. E-mail: afmagnoni@faac.unesp.br.

ler, calcular, e a interpretar devidamente diversas modalidades de informações, inclusive os conteúdos audiovisuais que na atualidade mediatizada, superam as divulgações escritas. Os processos didático-pedagógicos alfabetizadores e formadores culturais também estão empenhados em promover entre os alunos algumas capacidades mais refinadas de decodificação, reflexão e análise interpretativa de informações eruditas e conhecimentos e publicações científicas apresentados em acervos bibliográficos de ensino e pesquisas.

Na atualidade, a capacidade formadora das escolas ultrapassa o universo meramente pedagógico e, praticamente, molda (para o bem e para o mal) toda a existência de cada egresso das salas de aula dos diversos níveis educacionais. Os aprendizados escolares devidamente ministrados possibilitam aos estudantes o domínio de repertórios mais atualizados e precisos, para que eles consigam interpretar e interagir com as várias modalidades de linguagens e conteúdos informativos que estão presentes nos materiais e processos didáticos apresentados em salas de aula, ou nas informações que regem as relações da vida cotidiana. O ensino escolar também permite aos indivíduos devidamente alfabetizados ir além dos horizontes pedagógicos – eles adquirem capacidade para interpretação e apropriação dos diversos tipos de informações que permeiam as relações sociais e laborais, repertórios também oriundos de mensagens e conteúdos informativos, publicitários e de entretenimento, que são continuamente difundidos pelos meios massivos de comunicação.

No âmbito da educação escolar, a complexidade e a diversidade das sociedades e das relações coletivas contemporâneas têm exigido de professores e dos alunos, a constante atualização das formas de ensinar e de aprender os conteúdos didáticos de todas as áreas de conhecimento que constituem os currículos e as disciplinas escolares. Assim, o papel essencial das escolas nas sociedades atuais deve ser o de viabilizar o acesso e apropriação social cada vez mais universalizada das ferramentas intelectuais que são fundamentais para a participação ativa das pessoas na vida cotidiana; assegurar que os indivíduos sejam capacitados e com habilidades pertinentes aos requisitos existenciais de sua época.

Cabe aqui lembrar: a longeva arte de escrever e de interpretar as informações e conhecimentos escritos se desenvolveu muito antes dos sistemas escolares. Entre várias civilizações da antiguidade houve a criação e a disseminação de sistemas de escrita. Diversos povos de culturas mais evoluídas desenvolveram gradualmente sistemas de comunicação escrita e, também, foram aprendendo a utilizar e produzir vários tipos de suportes e instrumentos para registrar e difundir mensagens escritas e pictóricas. Até o início da era moderna, o domínio da escrita e da leitura entre as populações de diversas sociedades era uma habilidade reservada à uma minoria de indivíduos originários de

grupos sociais mais elevados, ou de pessoas que estavam alocados em postos estratégicos para os estamentos que detinham as estruturas de poder. Saber escrever e ler era considerado um privilégio reservado à alguns membros das elites. A situação milenar de predomínio do analfabetismo começou a mudar no mundo eurocêntrico no período “renascentista” e, na era contemporânea, quase seria revertida completamente entre a maioria das sociedades.

No mundo ocidental, a escola, tal qual a conhecemos, foi o grande legado das primeiras sociedades modernas. A criação de sistemas coletivos de ensino bancados pelos governos é recente e foi fruto, principalmente, da luta sindical e política dos trabalhadores mobilizados desde o início das sociedades urbano-industriais. O industrialismo caracterizou-se, principalmente, por incorporar em seu trajeto histórico-temporal uma profusão de novos conhecimentos e tecnologias, que foram sendo desenvolvidas e adotadas pelas diversas sociedades. As evoluções técnicas e culturais se intensificam no período contemporâneo com a progressão e diversificação industrial, que passou a projetar entre as sociedades contemporâneas, novas necessidades materiais, laborais, educacionais e crescentes demandas simbólicas.

Na atualidade, o ensino abrangente e crítico é essencial para a alfabetização das crianças e dos adultos que não tiveram acesso às redes escolares, além de ser vital para a ampla formação e profissionalização dos jovens. Uma das grandes tarefas dos atuais sistemas públicos de ensino é disseminar o conhecimento geográfico, repertório fundamental para propiciar uma boa formação aos indivíduos. A nova concepção assertiva da Geografia fortaleceu-se quando os desafios impostos pelas transformações do meio técnico-científico-informacional promoveram uma revolução nas formas como se processa entre as sociedades a circulação de ideias, informações e bens materiais e imateriais, que influem simultaneamente sobre o que é local, regional e global. No âmbito da educação escolar, essa situação tem implicado em cada vez mais novas e distintas formas críticas de aprender e ensinar o pensamento geográfico-histórico-cultural sob a égide de uma visão organizada e articulada do mundo.

Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. (...) Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura). (SAVIANI, 2000, p. 15)

Na Geografia, o foco tem como ponto de partida a relação homem-natureza, iluminando as atividades humanas na face da Terra (CARLOS, 2019). Segundo Moreira (2004), a natureza é História, já que a História do homem é vinculada diretamente à transformação da natureza. A concepção de natureza contém uma quantidade significativa de processos humanos. “O desenvolvimento do capitalismo e sua reprodução ampliada pressupõem conflitos ambientais e sociais, conflitos geográficos, portanto” (BOMBARDI, 2019, p. 202). Os problemas e as devastações ambientais causadas pelo homem no processo de construção e reconstrução de espaços geográficos, não se configuram somente de ordem ecológica, mas fundamentalmente política, econômica e cultural. Afinal, decorrem, sobretudo, do modo como às sociedades se apropriam da natureza e usam, destinam e transformam os seus recursos naturais. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 107) refletem que “o antropocentrismo não é, simplesmente, o homem o homem como espécie biológica – *homo sapiens sapiens* – dominando a natureza, mas a dominação de alguns homens sobre outros homens para que possam dominar a natureza”.

O homem age na natureza de acordo com os seus padrões de sobrevivência, de valores culturais, de interesses políticos e econômicos presentes nas sociedades humanas. Assim sendo, a degradação ambiental está intimamente ligada ao modelo de desenvolvimento humano, político econômico adotado por uma sociedade.

Hoje, mais do que nunca, considerando o imenso avanço tecnológico que potencializou o poder destrutivo da sociedade frente ao meio físico terrestre, coloca-se a questão de até onde seguiremos com esse processo de destruição dos biomas, das coberturas pedológicas, dos sistemas hidrológicos, das formas de relevo e das paisagens originais, e aquelas que incluem as formas tradicionais de uso do solo. Nesse sentido, a Geografia tem um papel central no trabalho de expansão da consciência humana sobre o problema da destruição em massa da vida na Terra. (COLANGELO, 2019, 191)

A natureza integra a espiral dialética da qual o homem é inseparável. O homem faz parte da natureza e, simultaneamente, a natureza é indissociável da vida humana. Dessa forma, o mundo natural e sua relação com a existência do homem são dependentes da cultura, das formas idealizadas e das práticas humanas diante da relação perene entre sociedades-natureza.

Quando se exclui do ensino esse elemento histórico e se apresenta a técnica como algo indispensável à vida, mas separando-a do contexto, o que se está fazendo, na realidade, é esconder dos alunos a história do presente que determina uma forma particular de uso da técnica, e não outra, deixando assim, de mostrar aos alunos que essa não é a forma única de seu uso.

Quando, também, páginas e páginas referem-se à educação ambiental, o que se está propondo é uma educação ambiental enviesada, uma forma de reducionismo, substituindo a expressão “meio geográfico” pela expressão “meio ambiente”. Quando escrevo “meio ambiente”, posso estar excluindo ou fragmentando a História, propondo uma História parcializada ou desconectando a inteireza do processo histórico ao apresentar uma natureza existindo fora da sociedade. No começo da História humana, a sociedade era contida pela natureza. Hoje, não! A natureza é contida pela sociedade. Por conseguinte, é enganoso o ensino de educação ambiental que escamoteia o fato de que, a cada momento, é a sociedade em movimento que dá valor a cada pedaço da natureza. (SANTOS, 2001, p. 06)

Para Porto-Gonçalves (1990, p. 23), o conceito de “natureza não é natural”, uma vez que é “criado e instituído pelo homem”. Portanto, a concepção de natureza é algo constituído e construído no âmbito sociocultural, histórico, político, econômico e espacial. A natureza se define, em nossa sociedade, por “aquilo que se opõe à cultura e esta é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 26-27). Ou seja, é tudo aquilo que tem característica natural e que não apresenta intervenção antrópica. Dessa forma, as concepções de natureza têm mostrado uma relação de interesse social dos diversos grupos humanos.

“O estudo da relação entre sociedade e natureza é uma questão central para pensamento geográfico” (MARQUES, 2019, p. 176). Para Moreira (2012, p. 105), “... toda questão ambiental é uma questão de modelo de geografia da saúde, geografia do saneamento, geografia do lazer, geografia da água tratada, geografia da habitação, de intervenção mobilizada na orientação do modo de arranjo do espaço”. A elaboração das concepções e conceitos que se constitui em natureza é uma elaboração social. Discursos sobre a natureza são discursos políticos. A questão ambiental é, antes de tudo, uma questão social bastante influenciada pelas relações cotidianas e os diversos tipos de interesses econômicos. Assim, há a indissociabilidade entre conflito social e conflito ambiental.

É crucial para a análise e interpretação do contexto atual regido pelo chamado meio técnico-científico-informacional, a conscientização socioambiental coletiva, articulada com uma educação geográfica atualizada, crítica e voltada à

formulação de propostas e estudos no sentido de tornar possível o saber escolar vinculado aos interesses concretos da sociedade. Essa conscientização só é possível quando o conhecimento sobre o espaço geográfico se torna condição indispensável para se tornar o mundo inteligível. Na era contemporânea, mais do que a educação escolar, os meios de comunicação de massa são os principais responsáveis pela divulgação e a influência coletiva dos assuntos e acontecimentos relevantes de qualquer natureza, seja em escala local, nacional e internacional. O jornalismo comercial aborda, frequente e genericamente, as principais temáticas de domínio e interesse da ciência geográfica, afinal, são assuntos que atraem amplo interesse das audiências midiáticas.

Entretanto, a maioria das coberturas escritas e audiovisuais apresentadas em muitas matérias e reportagens trazem informações parciais e equivocadas. São abordagens superficiais e com enfoques e objetivos direcionados que reforçam as visões e os interesses dominantes sobre os territórios, sobre os ecossistemas e os espaços que os abrigam. Predominam as informações comerciais que mascaram os diversos tipos de conflitos que se desenrolam nos cenários geográficos, sejam brasileiros, do continente americano, ou em qualquer região do planeta. As redes privadas de televisão constituem no Brasil um aparato dominante de comunicação praticamente desregulado e, que ainda influencia fortemente a maioria da população, mesmo que cultura de consumo mediático venha mudando acentuadamente entre as gerações mais jovens. A superficialidade informativa prospera nas redes sociais, uma foto com uma breve descrição é interpretada como uma informação completa, a maioria dos atuais consumidores midiáticos estão habituados a resumida interpretação visual de imagens legendadas. Entretanto, os antigos veículos de radiodifusão seguem liderando a abrangência geográfica e populacional, após quase três décadas do início da internet comercial no País, menos de um terço da população tem acesso permanente às conexões fixas e móveis, mesmo em um contexto de forte avanço do teletrabalho, cuja recente pandemia de COVID-19 deu forte impulso ao trabalho remoto, uma modalidade laboral ainda bastante precária e desregulamentada. O fato é que a cultura da audiência está mudando acentuadamente. Na atualidade das redes sociais, uma foto com uma breve descrição é interpretada como boa informação, a maioria dos atuais consumidores midiáticos estão habituados a resumida interpretação visual, então uma imagem legendada lhes transmite a errônea sensação de que tiveram acesso à uma informação detalhada.

A TV capta, expressa e constantemente atualiza representações de uma comunidade nacional imaginária. Longe de prover interpretações consensuais, ela fornece um repertório comum por meio do qual

peças de classes sociais, gerações, sexo e regiões diferentes se posicionam, se situam umas em relação às outras. Ao tornar um repertório comum acessível a cidadãos mais diversos, a TV sinaliza a possibilidade, ainda que sempre adiada, da integração plena. Ela como que alimenta cotidianamente uma disputa simbólica, uma corrida pelo domínio das informações necessárias, um jogo de inclusão e exclusão social. A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica. Ao fazê-lo, ela torna disponíveis repertórios anteriormente da alçada privilegiada de certas instituições socializadoras tradicionais como a escola, a família, a Igreja, o partido político, a agência estatal. (SCHWARCZ; NOVAIS, 1998, p. 441-442)

Diante de um cenário social fortemente midiático os sistemas educacionais, principalmente as redes de escolas públicas, seguem como ferramentas de ensino essenciais para a disseminação de conhecimentos atualizados e críticos sobre Geografia, História, as línguas e as culturas nacionais, entre outras áreas disciplinares estratégicas para a formação escolar, tanto sociocultural quanto profissional. Ao definir os objetivos da Educação, Saviani (1996, p. 35) o faz a partir da relação Educação-Sociedade, apresentando como questão central do processo educativo a sua teleologia, ou seja, a finalidade da Educação. Ele questiona: “que sentido terá a Educação se não estiver voltada à promoção do homem?”

No âmbito da educação escolar, a Geografia enquanto campo de conhecimento pedagógico e científico, detém enorme potencial para a formação abrangente dos indivíduos e a disseminação coletiva dos valores de uma cidadania inclusiva e democrática. Os saberes geográficos atualizados e críticos são estratégicos porque permitem que as pessoas compreendam os processos naturais, sociais, econômicos, políticos, demográficos, tecnológicos, ambientais e históricos, referenciais que auxiliam a analisar a produção dos diferentes espaços e territórios geográficos e socioculturais. Dentro da complexidade perene apresentada pelo mundo, a Geografia agrega em seu corpo teórico, contextualização, investigação, problematização, interpretação, divulgação e valorização interdisciplinar dos saberes humanos.

A Geografia escolar atualizada e crítica desponta no âmbito das instituições de ensino enquanto disciplina, como ferramenta essencial para preparar os alunos para a leitura, compreensão e a ampla capacidade de intervenção adequada nos espaços geográficos. É um conhecimento sempre essencial pois é fundamentado no estudo da construção histórico-cultural realizada pelas sociedades de diversos períodos históricos, em espaços e ambientes em que

as suas populações se fixaram. Os espaços geográficos resultam das contínuas relações humanas, vivenciais e produtivas, são construções coletivas feitas pelos povos em todas as épocas, um instrumento cultural moldado para lidar com os fenômenos e os legados da natureza.

Entretanto, o poder formador dos conhecimentos geográficos é bastante dependente dos sistemas políticos e econômicos, das concepções ideológicas de governos locais, estaduais e federal. No Brasil, desde a redemocratização demarcada pela promulgação da Constituição de 1988, persistem o descumprimento das leis e normas que orientam as políticas educacionais de Estado. É por conta da persistência da desigualdade socioeconômica e cultural, que a bandeira de universalização e melhoria da escola pública continua na lista de reivindicações dos movimentos docentes, do alunado do ensino fundamental, médio e universitário e dos setores da sociedade civil mais politizados e organizados.

No momento atual, em que o País é gerido por um presidente e por uma maioria de governadores, de prefeitos, de parlamentares das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional com posições autoritárias e neoliberais, os aparatos públicos de educação, saúde e cultura estão sendo dilapidados e já não conseguem atender satisfatoriamente as necessidades imediatas das camadas sociais trabalhadoras e pobres, que constituem a maioria da população brasileira. Afinal, a criação e a manutenção dos aparatos escolares públicos e gratuitos, e de outros serviços sociais essenciais, são medidas político-administrativas estratégicas para garantir, em parâmetros administráveis, a coesão e o desenvolvimento do tecido social em um Estado-nação democrático e inclusivo. Nenhum país consegue manter-se autônomo e desenvolvido sem dispor do dinamismo e da solidez das estruturas de produção material e simbólica que sustentam a economia interna e, que também suprem de modo diferenciado, as necessidades fundamentais das classes que convivem no seu território, em diversos espaços socioprodutivos.

A escola e o movimento político-cultural, tanto erudito quanto popular, estimularam desde o Renascimento o trabalho abstrato como tarefa social abrangente, estratégica e de significado cada vez mais valioso. A escola tornou-se a instância decisiva “dessa materialidade” da educação, que se traduz nos processos de socialização, de “hominização” das crianças, da preparação dos jovens para a vida adulta socioprodutiva. Mesmo encravada em um território em permanente litígio, as instituições escolares agem como apaziguadora dos conflitos sociais e como agentes de superação das diferenças entre classes, indivíduos e camadas socioculturais.

Na concepção de Vale (1983),

A educação é um concreto figurado, um todo, uma abstração concreta que apenas indica uma relação social entre aqueles que acreditam possuir a ciência, o conhecimento, o saber, a prática etc. e aqueles que em fase de crescimento e desenvolvimento, precisam absorver, de alguma forma, a cultura social acumulada pela humanidade. (...) A **prática educativa** entendida como **prática social geral** é um processo amplo que a sociedade utiliza como **meio instrumental** para influenciar as gerações ao longo da temporalidade. Em sentido amplo, a **práxis educativa** envolve inúmeras instituições sociais e inúmeros agentes educadores que exercem cada qual em sua esfera de atividade consciente uma **ação cultural** específica. (VALE, 1983, p. 130)

No Brasil, tanto a escola pública nacional e, também a universidade foram criadas tardiamente nos anos 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. O fato de o Estado brasileiro começar apenas na terceira década do século passado, a estruturar um sistema público de ensino ressalta a falta de preocupação das classes dominantes em propiciar ao povo trabalhador um sistema de ensino oficial universal e gratuito. Portanto, o Estado brasileiro só assumiu parcialmente a sua obrigação política passado mais de um século da independência do País e, mais de 40 anos após a Proclamação da República. E até os anos 1960, o ensino público foi reservado para a formação dos filhos da classe média, a pequena burguesia que fornecia a maioria dos quadros profissionais para o funcionalismo público, para o comércio e a indústria nascente. Ironicamente, foi a ditadura militar durante a década de 1970, quem iniciou a universalização das escolas públicas brasileiras. Porém, os ditadores conseguiram garantir o acesso escolar à maioria dos filhos das classes trabalhadoras urbanas e rurais, mas foram esvaziando as escolas da qualidade e dos conteúdos estratégicos, dos repertórios necessários para uma formação educacional emancipadora, tanto dos indivíduos, quanto da coletividade.

O final da ditadura foi selado pelo “acordão” das elites que havia rejeitado as eleições diretas e, em um “colégio eleitoral” votado por deputados e senadores elegeu Tancredo Neves para presidência da república, encerrando os 21 anos de “governantes fardados”. Em 1988, a aprovação da “Nova Constituição Cidadã” não pôs um final imediato nos legados autoritários nos sistemas educacionais. Ainda levaria quase uma década para que os resquícios ditatoriais fossem removidos e houvesse uma reconfiguração mais avançada da educação pública brasileira. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi sancionada

em 20 de dezembro de 1996 e, significou avanço considerável em relação às legislações retrógradas que, por quase três décadas, conduziram os sistemas educacionais brasileiros. A aprovação da nova LDB foi, em grande parte, êxito político das lutas mantidas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases não estabeleceu um prazo para estruturar um Sistema Nacional de Educação com a finalidade de articular organicamente os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e estabelecer vínculos didático-pedagógicos entre os diferentes níveis de ensino público. Tais limitações políticas e conceituais da LDB dificultaram a execução efetiva de um Plano Nacional de Educação autenticamente universal e democrático, mesmo em governos progressistas como foram as gestões de Lula e Dilma Rousseff.

No Brasil de hoje, além de ser preciso gerar mais de dois milhões de novos empregos por ano para absorver os jovens que entram em idade de trabalho, é indispensável assegurar a qualificação contínua dos novos trabalhadores, para que eles possam ser absorvidos pelo mercado produtivo formal. Ainda, há o desafio de amenizar a apartação social e a marginalização de milhões de outros trabalhadores sem formação que permanecem alijados do mercado formal de trabalho. Para que os excluídos possam desenvolver atividades (individuais ou coletivas) e autossustentáveis de geração de renda, necessitam adquirir conhecimentos e habilitações sobre novas possibilidades de trabalho material e cultural.

Acesso constante às fontes de informação atualizadas, aquisição contínua de conhecimentos gerais e específicos, formação profissional polivalente e habilidades flexíveis de trabalho: são algumas das exigências pessoais que a ordem vigente, produtiva e econômica, impõe aos trabalhadores. Tais exigências os habilita para vender a sua força laboral em ambientes industriais, de prestação de serviços, de produção cultural e de atividades educacionais. Todas as atividades produtivas, materiais ou intelectuais, a cada dia estão mais concorridas ou “racionalizadas” pelos múltiplos recursos de automatização propiciados pelas tecnologias digitais interconectadas.

A ênfase excessiva em relação ao valor social e econômico da educação se justifica nestes tempos desfavoráveis em que o maior objetivo dos trabalhadores é conseguir colocação remunerada, sem muitas vezes poder reivindicar salário condigno e cumprimento dos direitos laborais. Para quem trabalha, a qualificação de que dispõe tem valor econômico imediato e vital. Mas, a Educação é o instrumento para a conquista dos objetivos individuais e sociais diretos e indiretos, é a ferramenta mais abrangente para cumprir as finalidades formadoras de cidadãos.

A Educação, primeiramente, é portadora do direito universal à cultura erudita, sistematizada, científica, que exige rigor e organização. Se o novo modo de trabalho produtivo e imaterial ocorre, cada vez mais, em ambientes informáticos e com

ferramentas digitais, por consequência os que não têm acesso à nova realidade estão sendo rapidamente apartados da vida laboral e ficarão sem meios efetivos de sobrevivência. A velocidade das evoluções tecnológicas e as transformações socioeconômicas que elas acarretam reduzem ainda mais as possibilidades daqueles que não dominam as novas ferramentas informacionais. Para Saviani (1991), não há dúvidas de que a crise que atinge a instituição escolar é derivada da condição pós-moderna que se impõe atualmente às sociedades capitalistas.

Melhorar a qualidade e aumentar a oferta de educação demandam enormes investimentos públicos. Um sistema escolar de melhor qualidade passaria a requerer do aluno tempo, dedicação e recursos suficientes para poder frequentá-lo com regularidade e obter êxito no aprendizado. Como essas condições objetivas mínimas estão cada vez menos disponíveis para o aluno pobre, que é obrigado a trabalhar enquanto estuda, enquanto os governos improvisam cada vez mais sistemas de ensino remoto para atendê-los. A intenção é utilizar a modalidade não-presencial para atualizar professores, formar jovens para o trabalho e requalificar trabalhadores ativos e desempregados. Desde o governo de Michel Temer houve aceleração da desregulamentação econômica e trabalhista, a privatização do patrimônio estatal e os cortes nos investimentos públicos. São políticas regressivas que afetaram fortemente as camadas trabalhadoras e a classe média, que mesmo dispondo de maior escolaridade e mais chances de mobilidade social, passou a integrar o contingente de brasileiros desempregados e desocupados.

Se o novo modo de trabalho ocorre, cada vez mais, em ambientes informáticos e com ferramentas digitais, por consequência os que não têm acesso à uma formação para inseri-los na nova realidade profissional serão rapidamente apartados da vida produtiva e ficarão sem meios efetivos de sobrevivência. A velocidade das evoluções tecnológicas e as transformações socioeconômicas que elas acarretam reduzem ainda mais as possibilidades daqueles que não têm acesso a uma escolarização mediada pelos conhecimentos atualizados e pelas ferramentas informacionais presentes na maioria das atividades sociais cotidianas. A consequência imediata é o agravamento do subdesenvolvimento que transforma países inteiros em territórios com espaços majoritariamente opacos, como aponta Milton Santos (1997):

A globalização leva à afirmação de um novo meio geográfico cuja produção é deliberada e que é tanto mais produtivo quanto for maior o seu conteúdo em ciência, tecnologia e informação. Esse meio técnico-científico-informacional dá-se em muitos lugares de forma extensa e contínua (Europa, Estados Unidos, Japão, parte da América Latina), enquanto em outros (África, Ásia, parte da América Latina) apenas pode-se

manifestar como manchas ou pontos. Cria-se, desse modo, uma oposição entre espaços adaptados às exigências das ações econômicas, políticas e culturais características da globalização e outras áreas não dotadas dessas virtualidades, formando o que, imaginativamente, podemos chamar de espaços luminosos e espaços opacos. (SANTOS, 1997, p. 9)

O fenômeno informacional em curso motiva muitas interpretações derivadas de uma infinidade de tendências científicas e ideológicas, exatamente porque transforma a economia, o meio social e cultural, gera instabilidades de várias naturezas e põe em risco os pactos políticos nacionais e internacionais. Para Marx (2017), “o que diferencia umas épocas das outras não é ‘o que se faz’, mas sim ‘como’, com que meio se faz”. Se a espécie humana tem sido sempre dependente de seus artifícios e artefatos, que são os seus instrumentos indispensáveis para produzir sua própria existência, em nenhum momento as sociedades haviam desenvolvido tecnologias tão potentes, polivalentes e contraditórias quanto são os meios informacionais. A informatização quase plena das tecnologias e ferramentas utilizadas nas atuais atividades produtivas, vivenciais e comunicativas é um marco decisivo, mas ainda não conclusivo, da atual etapa em que vive a sociedade. Hoje, as pessoas das diversas classes ou camadas socioeconômicas dependem, absolutamente, das ferramentas digitais para realizar tarefas laborais e produtivas. Elas propiciam a produção de uma imensidade de bens materiais e simbólicos, cujo consumo nutre indústrias, os mercados internos, o comércio internacional, Estados e governos. Também facultam a realização de uma infinidade de serviços indispensáveis para sustentar o funcionamento do atual modelo social, que segue derivado das concepções e estruturas urbanas-industriais de produção e desenvolvimento econômico e político-administrativo. Na atualidade, a tecnosfera digital possibilita quantias quase imensuráveis de bens imateriais circulantes, sejam com finalidades comerciais, educativas, técnico-científicas, culturais, artísticas, recreativas etc.

O espaço geográfico como construção social imanente da produção humana

Quando estudamos um determinado país do ponto de vista da sua Economia Política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a

base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços etc. Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população – desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. (MARX, 2008a, p. 257-258).

O pensamento de Karl Marx, que abre a cortina intelectual desta fração de texto, demonstra a abstração, ou seja, a opacidade conceitual quando o sujeito não se mune de elementos essenciais para a correta compreensão da complexidade, que repousa sobre as vigas que constituem a sociedade, corrói-se o pleno entendimento dos fatos. Ao margear atores e fatores que compõem a sociedade, as águas do entendimento transformam-se no pântano da alienação.

Os espaços construídos possuem dimensões materiais, concebidas e vividas. Harvey (2005) elaborou forte crítica com relação à falta de preocupação com o conceito de espaço nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais e argumenta que tanto a Geografia como o espaço não foram apropriadamente investigados e analisados. “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2005, p. 144).

A construção (estrutura, organização e movimentos) geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais (LACOSTE, 1997).

A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta. Mas não basta dizer que o espaço é o resultado da acumulação do trabalho da sociedade global. Pode-se dizer isso e, ainda assim, trabalhar com uma noção abstrata de sociedade, onde não se leva em consideração o fato de que os homens se dividem em classes.

A sociedade se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seus agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e donos dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho. (SANTOS, 2012, p. 261-262).

O espaço geográfico é, nesse sentido, o palco de atuação em que as sociedades se edificam e constroem a sua existência. Um produto da História. Um ato de sujeitos. Sua matéria-prima é a relação homem-meio (MOREIRA, 2012).

Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. (...) A paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia. (MORAES, 1988, p. 15-22).

O espaço geográfico é dinâmico, sendo reflexo das alterações e contradições expressas ao longo do tempo nas sociedades. Germina como produto saído da História, reproduzindo-se ao longo do tempo, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade.

A noção de prática socioespacial é derivada diretamente da noção de *práxis*, cujo debate na Filosofia ganha força no século XIX, inicialmente com Hegel e posteriormente com Marx. Assim, a *práxis* revela um debate sempre necessário na ciência, que é o questionamento permanente da relação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, ela é desenvolvida com o propósito de buscar a superação da dicotomia entre teoria e prática, no sentido que Marx dá ao pensamento filosófico, em sua concepção da realização da Filosofia como realização não de um pensamento descolado da realidade, mas a própria realização do homem como apropriação do mundo humano criado ao longo da história.

(...)

A noção marxista de *práxis* é, então, a tentativa de superação da separação entre o pensamento e a ação, separação essa que se revela, na prática, como um fundamento importante para a reprodução das relações sociais.

(...)

Dessa forma, essa noção de *práxis* é a construção de um pensamento que situa o próprio pensamento no movimento do mundo, como produto da história e produtor da história, compreendido como um conhecimento construído a partir da ação, na prática. Nesse sentido, é um conhecimento que se substancia como consciência prática e prática consciente do mundo, da realidade em movimento e não especulação para e sobre os conteúdos da realidade. (PADUA, 2018, p. 35-36).

Posto isto, “o espaço pode ser considerado como *meio, teatro e objetivo (motivo)* da política externa” (ARON, 2002, p. 254).

Partindo da premissa de que o processo de constituição da humanidade contempla a produção do espaço, chegamos à ideia segundo a qual a “produção do espaço” é condição, meio e produto da ação humana. Esse movimento triádico sugere que é através do espaço (e no espaço), que, ao longo do processo histórico, o homem produziu a si mesmo e o mundo como prática real e concreta. Objetiva em sua materialidade, tal prática permite a realização da existência humana através de variadas formas e modos de apropriação dos espaços-tempo da vida. Ao se realizar nesse processo, a vida revela a imanência da produção do espaço como movimento de realização do humano (de sua atividade). Com isso quero dizer que a relação do homem com a natureza não é de exterioridade, uma vez que a atividade humana tem uma relação prática com a natureza como reação e resposta, apoderando-se das coisas como construção de um mundo e de si mesmo em sua humanidade. Ao longo do processo histórico constituidor da humanidade, o espaço se encerra como uma das grandes produções humanas, superando sua condição de “continente”. (CARLOS, 2015, p. 14).

Lacoste (1997), defende a existência de uma primazia casual das relações sociais sobre as relações espaciais, a qual e externaliza por meio de fatos como a desigualdade geográfica da acumulação capitalista, a divisão territorial do trabalho, a divisão do espaço urbano e a economia política urbana, regional, internacional. A organização e o sentido de espaço são, portanto, produto da atividade social.

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização

é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 2014d, p. 13).

São as práticas espaciais que constroem a sociedade geograficamente criando a dialética de recíproca determinação em que a sociedade faz o espaço ao tempo que o espaço faz a sociedade (SANTOS, 2012).

A formação espacial é, assim, o ente geográfico que inclui o marco político-territorial do Estado, a estrutura econômico-social da formação social e a diversidade cultural da nação num só amálgama geossocial, o todo de unidade social-natural/natural-social. (MOREIRA, 2016, p. 13).

Dialeticamente, a construção acontece a partir da relação homem-mundo, isto é, o homem tem diante de si o mundo, logo este é revelado enquanto paisagem e, posteriormente, enquanto lugar do sujeito; assim, a construção do conhecimento passa, obrigatoriamente, pela relação dialética materialidade-subjetividade (FIGUEIREDO, 2014).

Toda essa construção só é possível na categoria do espaço. Para Moreira (2007, 2012), o espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da Geografia, constituindo-se em um elemento-chave para a compreensão desta ciência (CORRÊA, 1995); uma palavra-chave complexa (HARVEY, 2012); sendo o mais interdisciplinar dos objetos concretos (SANTOS, 2014c); e sua ênfase social ou humana é composta por múltiplos espaços (SANTOS, 2012); uma entidade de rico tratamento científico (MOREIRA, 2007, 2012); pois toda as teorias do espaço são teorias da sociedade, elaboradas a partir do espaço (PORTO-GONÇALVES, 2000); sendo o espaço o fundamento que fornece identidade à Geografia (CARLOS, 2019).

A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma-conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade e história. Desse modo, superaremos as dualidades que são, também, direta ou indiretamente, as matrizes da maior parte das ambiguidades do discurso e do método da geografia. (SANTOS, 2017, p. 279).

A paisagem física e o espaço simbólico e cultural humano serão os pontos de partida para a construção da análise conjuntural. A Geografia não deve explicar

o homem pelo contexto ou o contexto pelo homem apenas, mas como ambos se articulam, como estão justapostos no espaço e como transformam esse espaço uma vez que este está em constante modificação. (MASSEY, 2008).

Se a geografia pretende interpretar o espaço humano como um fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permite a sua transformação a serviço do homem, pois a história não se escreve fora do espaço e não há geografia a-espacial. (...) As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares onde os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. (SANTOS, 1979, p. 14).

Assim, “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais”. (SOJA, 1993, p. 101).

(...) o homem se apropria do mundo, por meio da apropriação de um espaço-tempo determinado, aquele da sua reprodução na sociedade.
(...) o espaço produz-se e reproduz-se como materialidade indissociável da realização da vida, elemento constitutivo da identidade social. Ao reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço, portanto, se, de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente, no tempo e no lugar, ganhando materialidade através do território. (CARLOS, 2015, p. 14-15).

O espaço caracteriza-se, portanto, como um híbrido entre sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2017). Essa concepção sustentada pelo ponto de vista científico refuta as abordagens compartimentadas em tentativas de compreender a sociedade e a natureza. Isso requer uma explicação conjunta da inserção dos objetos em uma série de eventos, sendo que a “sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações sociais a que o objeto se subordina e as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos”. (SANTOS, 2017, p. 102).

A análise geográfica do mundo seria, portanto, aquela que caminharia na direção do desvendamento dos processos constitutivos da reprodução

do espaço, uma vez que é no espaço que se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade, bem como suas contradições.

O plano da reprodução do espaço repõe constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital e de vida social, marcado pela desigualdade. A alienação permeia as relações sociais no mundo de hoje; se o mundo dos homens se reproduz como o mundo das coisas, das mercadorias, na consciência desse processo, surge a ideia de liberdade baseada na união de com o outro, na superação das relações sociais atomizadas que buscam o direito de participação numa sociedade de excluídos (fundamentada nas relações de dominação, nas quais o direito humano vincula-se à propriedade privada). O processo de humanização envolve uma contradição entre o desenvolvimento da desumanização-humanização do homem: ele se dá no exercício de superação da alienação e na busca da liberdade individual constituída a partir do nível genérico. (CARLOS, 2015, p. 20).

O espaço é o objeto da Geografia, não um objeto estanque e, sim, um campo investigativo o qual proporciona a esta ciência múltiplas respostas aos acontecimentos protagonizados e produzidos pelas sociedades no planeta.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (SANTOS, 2017, p. 40).

A produção do espaço envolve os momentos de produção e criação, fazendo do espaço, ao mesmo tempo e, dialeticamente, obra e produto: como produto da sociedade e obra de sua história.

O espaço não é um objeto científico afastado de ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é

político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias. (LEFEBVRE apud SOJA, 1993, p. 102).

A existência humana é determinada pela espacialidade, e, portanto, nenhuma relação social externa-se materialmente fora de um espaço real e concreto. Nas práticas e possibilidades organizativas das sociedades humanas, a “espacialização da vida” humana se sobrepõe ao espaço geológico, aos ecossistemas e os tantos recursos que as regiões geográficas dispõem. Diante de uma vida social inevitavelmente especializada, a Educação Escolar desenvolvida pelos sistemas públicos de ensino-aprendizagem, torna-se um espaço didático-pedagógico essencial para que a Geografia se desenvolva continuamente como uma ciência estratégica. É preciso que a Ciência Geográfica seja devidamente ensinada para as novas gerações de cidadãos, para que elas tenham conhecimento e clareza das particularidades e da complexidade do espaço real, do espaço físico concreto e da espacialidade social, constituída pelas relações e atividades humanas, que incluem as técnicas e tecnologias, os potenciais naturais, as demandas produtivas, os aspectos econômicos, políticos-culturais e, também a degradação progressiva que as concepções e os modos de vida contemporâneos desencadeiam no espaço natural e social.

Escola e Máscaras Sociais

A “missão salvacionista” da escola tem sido o mote predileto dos educadores tradicionalistas, dos religiosos e políticos de diferentes vertentes, do patronato e dos formadores de opinião nos meios de comunicação. O argumento é bastante antigo, surrado e ideologizado, mas segue repercutindo fortemente em todas as camadas sociais. Tem até servido como cortina de fumaça para ocultar a verdadeira causa da extinção contínua de postos de trabalho urbano e rural, que é a automatização crescente de quase todos os sistemas produtivos. A pouca escolarização dos trabalhadores brasileiros tem sido o principal argumento para justificar os baixos salários pagos para a maioria das categorias “braçais” e até para explicar os altos índices de desemprego, que atinge primeiro e persiste por mais tempo, entre os setores “sem-educação”.

Esse embate no conjunto das relações sociais e no interior da escola na disputa pelo conhecimento historicamente produzido efetiva-se em condições objetivas e subjetivas dadas, com especificidade, no tempo e no espaço, em cada sociedade. E o conhecimento escolar que interessa à luta da classe trabalhadora produz-se dentro da dialética

contraditória do velho e do novo. Nesse sentido, a escola pode desenvolver concepções de conhecimento que, em vez de desvelar a natureza das relações sociais da sociedade capitalista e seus efeitos nos processos de exploração e alienação e desigualdade social, mascaram. Concorre, assim, para a manutenção e reprodução de um tempo histórico marcado pela barbárie, no mundo e em espacial no Brasil. (SAVIANI; DUARTE, 2021, p. X)

Os setores dominantes sempre apontam a baixa escolaridade e a desatualização da formação como causas do despreparo dos aspirantes ao trabalho e da defasagem dos profissionais ativos, o que motivaria o crescimento das demissões entre os empregados nos momentos de modernização das indústrias. Durante as duas últimas décadas do século XX, o capitalismo binário neoliberal se firmou como a vertente econômico-produtiva muito mais complexa, contraditória e excludente, entre todos os ciclos da Modernidade Industrial.

Nesse período, o patronato tem usado e abusado dos artifícios teóricos, publicitários e psicológicos para justificar a sumária e lucrativa disposição de automatizar todas as atividades possíveis do fazer humano. O descarte contínuo dos trabalhadores acelera a desregulamentação trabalhista, que facilita as contratações temporárias e precárias com salários decrescentes.

A contradição se instala no âmago do sistema capitalista, que aumenta a violência institucional e física contra os “incapazes”, os apartados pela “reengenharia” do sistema dominante. Enquanto os trabalhadores perdem os seus empregos e renda, a burguesia “liberal” procura recuperar a força do antigo mito positivista de que a escolarização massiva e a formação profissional permanente são garantias de acesso dos indivíduos ao universo do trabalho e do consumo.

Numa crítica estritamente política, poder-se-ia afirmar que, ao acenar novamente com a possibilidade de educação para todos, a classe dominante global tenta atenuar, em curto prazo, a pressão social dos indivíduos desempregados, cujo número se avoluma continuamente, em decorrência das novas mudanças estruturais do capitalismo. A burguesia enfrenta os reflexos da pós-modernidade no ambiente da educação, como aponta Saviani (1991, p. 101): “a problemática da escola, enquanto forma de educação generalizada, é um produto típico da sociedade capitalista. Como é que se põe aí a questão da pós-modernidade [e do neoliberalismo] em relação ao problema escolar?”

Do ponto de vista educacional, as exigências de planificação colocadas para a economia foram traduzidas na forma do imperativo de planificação de ensino e dos processos pedagógicos, sendo que neste último aspecto

aprofundou-se uma tendência que já vinha se acentuando desde o movimento escolanovista. A atmosfera neoliberal ofereceu as condições propícias para a justificação do aumento dos gastos públicos com a educação, objetivada na “teoria do capital humano”. Os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, transformando-se num investimento de retorno ainda mais compensador do que outros tipos de investimento ligados à produção material. A educação passou a ser concebida como sendo dotada de valor econômico próprio; um bem de produção (capital) e não apenas de consumo. Em suma, embora a argumentação neoliberal fornecesse boas razões para encorajar investimentos privados em educação, de forma alguma ela implicaria o encolhimento do setor público. (...) Do exposto ficou claro que as posições hoje veiculadas não correspondem ao conteúdo próprio do neoliberalismo. Com efeito, enquanto o neoliberalismo realçava o papel do Estado, este é agora atrofiado; enquanto o neoliberalismo postulava a ampliação das dimensões e prerrogativa do Estado, hoje defende-se a redução do tamanho do Estado; enquanto antes se advogava o planejamento econômico com a conseqüente regulação do mercado, agora se faz apologia da desregulamentação da economia e da total liberação do mercado; enquanto no primeiro caso se acentuava a importância e se alargava o espectro das políticas públicas, estas agora são secundarizadas e desqualificadas, postulando-se a sua transferência para a esfera da iniciativa privada ou das instituições filantrópicas e de benemerência. Por outro lado, a posição em pauta, além de se proclamar neoliberal, se compraz também em autodenominar-se moderna. As palavras modernidade e modernização frequentam com assiduidade os discursos de seus protagonistas. (...) Assim, para manter o paralelismo, diríamos que não se trata de uma posição neoliberal e moderna como se apregoa, mas pós-liberal e pós-moderna. Enquanto pós-liberal, ela sucumbe aos insucessos do liberalismo, encarnando o beco sem saída da economia liberal-capitalista [...] numa suposta racionalidade das leis do mercado que o impulsiona sempre para frente num progresso irreversível, abandona-se ao jogo cego das forças do mercado cujo significado se esvanece, transformado que foi em significante por si mesmo. Enquanto pós-moderna, descrê da civilização, perde o caráter de processo histórico e mergulha na mesmice dos signos dissociados de sentido, no vazio de um presente sem perspectivas e nas aparências que já perderam qualquer relação com algum suporte essencial. O pós-modernismo respira uma

atmosfera de decadência: “decadência das grandes ideias, valores e instituições ocidentais – Ser, Razão, Sentido, Verdade, Totalidade, Ciência, Sujeito, Consciência, Produção, Estado, Revolução, Família”. Em lugar da “rebelião de massas” [...], própria da modernidade, cabe agora falar da “deserção de massas” [...]. (SAVIANI, 1991, p. 101-102)

No Brasil, os efeitos colaterais da crise pós-moderna e a retomada da ofensiva do neoliberalismo global, especialmente após a cassação do mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2016, são eventos que estão contribuindo para desmontar a matriz moderna de desenvolvimento urbano-industrial tardio, e as infraestruturas produtivas centralizadas em algumas áreas interioranas das regiões Sudeste e Sul e ao longo da área costeira do Nordeste. No atual contexto nacional, as demissões motivadas pela desaceleração econômica e produtiva, advindas da retomada do ajuste neoliberal e pela aceleração da automatização em todas as áreas do mercado de trabalho atingem fortemente os trabalhadores com pouca escolaridade.

Porém, as demissões já não poupam a classe média, que sempre ocupou as funções qualificadas e consideradas mais estáveis, como as de bancários, professores, jornalistas, tradutores, gerentes, executivos financeiros e comerciais, administradores e economistas, engenheiros e técnicos industriais, e até os profissionais da informática que por pertencerem à “nova economia”, deveriam estar a salvo do desemprego estrutural característico da “velha economia”. São ocorrências crescentes e perturbadoras, que o patronato e os governantes não têm conseguido explicar para a opinião pública, de um modo lógico e convincente. Nos mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram retomadas e aceleradas a desregulamentação da economia, a privatização do patrimônio público, a “reforma” trabalhista, o arrocho salarial e a escalada inflacionária. Tais medidas impopulares que afetaram profundamente os trabalhadores pobres, também acelerou a proletarização da pequena burguesia, que, mesmo com mais escolaridade e chances de inserção laboral, participa crescentemente do contingente de brasileiros desempregados e sem fontes de renda.

Se o modelo escolar vigente prossegue fundamentado nas demandas do modelo industrial moderno, as escolas teriam que permanecer capacitadas para reproduzir os movimentos evolutivos cíclicos e as transformações paradigmáticas derivadas de sua matriz liberal-democrática. O Estado moderno, concebido como instrumento de poder da classe burguesa, desde o século XIX foi muito pressionado politicamente pelas lutas dos sindicatos operários e de outros tipos de organizações derivadas de segmentos mobilizados da sociedade civil. Aos poucos, as elites políticas e econômicas foram forçadas a fazer concessões para os trabalhadores, tiveram que reconhecer a responsabilidade dos estados

nacionais de construir e sustentar sistemas de Educação coletiva como um direito universal dos cidadãos, uma conquista e avanço fundamental para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Assim, os feitos dos povos modernos conseguiram superar todas as grandes realizações culturais e materiais das civilizações mais desenvolvidas do passado. Além de propiciar estupenda evolução técnico-científica e produtiva, a construção do Estado burguês, com suas concepções inovadoras e estruturas político-administrativas cada vez mais profissionalizadas e abrangentes pode assegurar uma liberdade coletiva (com a institucionalização da democracia representativa e do voto direto), ferramentas sociais para as populações reivindicarem cláusulas de interesse comum, que eram impensáveis durante os regimes escravista e feudal.

Na realidade, a partir do momento em que a educação foi publicizada e assumida como obrigação do Estado, a sincronização teórico-prática entre o universo escolar e os interesses dos setores patronais foi sendo rompida pelo descompasso de interesses entre a iniciativa privada e o aparato estatal. Nos países mais desenvolvidos o Estado liberal tensionado pelas lutas sociais, teve que se democratizar. As elites, sempre autoritárias, tiveram que assegurar maior participação política da classe trabalhadora, uma gradual distribuição de renda e a concessão de direitos sociais mais amplos. A ação coercitiva das forças dominantes sobre os trabalhadores e cidadãos mobilizados teve que se submeter aos parâmetros das leis instituídas restringir aos aparatos legais, as suas ações coercitivas. A burguesia adquiriu experiência e habilidade para impor seu consenso em uma ordem de permanente divergência social, política e econômica. Com esse artifício, conseguiu manter a luta de classes sob seu controle.

Apesar da *pax* liberal haver permitido a construção de sociedades estáveis e muito desenvolvidas, é preciso ter clareza de que o consenso burguês não eliminou a contradição histórica da desigualdade social e a luta de classes seguiu se manifestando com veemência em todos os espaços de ação humana, inclusive na escola. Por isto, a escola liberal foi concebida para moldar trabalhadores “à imagem e semelhança” do projeto ideológico e industrial moderno.

O modelo de escola instaurado com a industrialização reproduz, em menor escala, a estrutura social de que participa: os alunos (analogamente os proletários) deveriam reproduzir bens culturais sob o comando de um professor (mensageiro do cientista, “proprietário” do conhecimento produzido). O currículo, por sua vez, regeria as relações institucionais, gerenciadas pelo diretor (equivalente do Estado), árbitro do conjunto das interações sociais de comunicação no interior da escola e seus muros (fronteiras nacionais). A escola [...] passou a ser

lugar de mediação, tradução e transmissão do pensamento científico e da técnica. Os receptores deveriam dirigir-se a este meio irradiador de mensagens a fim de serem “preparados” para a atividade produtiva. Dessa forma, a escola consolidaria o fluxo da informação na sociedade industrial. No topo da pirâmide comunicológica estariam os círculos de especialistas, responsáveis pelo “progresso” da ciência e da técnica, que dirigiriam seu discurso à massa de receptores presentes nos níveis intermediários da pirâmide. (WINCK, 1993, p. 30)

Há hoje, na maioria dos países capitalistas, uma realidade socioeconômica que se degrada rápido e agrava as desigualdades entre as camadas populacionais. Para resistir ao cenário social sempre mais adverso e insalubre, as pessoas dispostas a resistir ao desmonte das políticas e infraestruturas coletivas estão mais necessitadas de conhecimento crítico abrangente e de domínio científico e tecnológico atualizado. Por isto, a existência de um sistema de educação pública eficiente, democrático e sintonizado com as transformações macroestruturais que ocorrem com as sociedades modernas pode ser agente estratégico de incremento, material e humano, não só para o Brasil, mas para todas as nações do hemisfério sul.

Não haverá possibilidades viáveis de melhorias sociais sem que haja decisões políticas progressistas e investimentos significativos para desenvolver o conjunto da economia e melhorar nacionalmente as condições materiais para todas as camadas sociais. Em uma ação emergencial abrangente será preciso promover uma consequente redistribuição de renda, possibilitada pela recuperação do mercado capitalista nacional e pela ampliação das ações protetivas e compensatórias do Estado. É uma perspectiva distante de ocorrer na conjuntura atual tão adversa, que aprofunda a subordinação do País aos interesses predatórios internacionais.

Para os trabalhadores brasileiros, o “saldo” imediato é o mercado interno de trabalho sempre mais disputado, com salários mais aviltados, menos proteção legal, e cada vez mais informalidade e superexploração nas condições laborais e a absoluta degradação das relações trabalhistas. O cenário social tão adverso coloca o sistema escolar e os educadores num impasse: se não houver escolarização para todos e persistir nos países pobres, as estruturas educativas públicas com conteúdos e métodos superados, persistirá também o atraso produtivo e laboral; haverá maior fragilidade econômica, com consequente aumento das disparidades sociais para suas populações. A educação de qualidade é essencial à quantidade imensa de trabalhadores sem formação ou com habilidades defasadas em relação aos novos tipos de ocupações produtivas geradoras de renda.

Por outro lado, de que adiantará melhorar a qualidade da formação dos jovens e dos trabalhadores se houver o prolongamento dessa globalização,

cuja exuberância financeira se ancora cada vez mais na imensa produtividade e na qualidade estupenda do trabalho automatizado e cada vez mais precário e de realização remota, que extingue milhões de postos de trabalho em todo o mundo? Enquanto predominar esse capitalismo digital, flexível e volátil, que se sobrevaloriza e se fortalece continuamente com a renda fácil e instável advinda da especulação global *on-line* – esse capital rentista digital que movimenta bilhões em todos os pregões do planeta e enriquece extraordinariamente uma parcela cada vez menor da população mundial, não há outra reação a se esperar dos setores dominantes, senão a exclusão e a apartação social.

A rapidez e a força de arrasto das mudanças tecno-econômicas e sociais provocadas pela globalização neoliberal não dão tempo à ação reflexiva e crítica dos intelectuais, sindicatos e partidos políticos comprometidos com a luta social. O contexto de crise conceitual e institucional solapa a lógica racional moderna e escolhe arbitrariamente a globalização como sua substituta paradigmática. Assim, ao “atropelar” as formas modernas de organização e resistência popular e democráticas dos trabalhadores e de poucos setores remanescentes das burguesias nacionais, a globalização emerge como nova diretriz universal de progresso, de atualização produtiva, como fonte financeira de acumulação de riquezas e de reorganização social dos povos. Ela se autointitula detentora da nova Razão pós-moderna, o ente sobre-humano que, como observa Forrester (1997), são poucos os que dispõem de audácia para contestar.

Será que alguém se arrisca a murmurar algumas tímidas reservas, a demonstrar certa vertigem em face da hegemonia de uma economia mundializada abstrata, desumana? Não demoram muito para nos calar o bico com os dogmas dessa mesma hegemonia na qual, sejamos realistas, nos encontramos aprisionados. Não demoram muito para nos opor as leis da concorrência, da competitividade, o ajustamento às regras econômicas internacionais – que são as da desregulamentação – e de nos entoar loas sobre a flexibilidade do trabalho.

Cuidado então para não insinuar que, por esta razão, o trabalho se acha, mais do que nunca, submetido ao bel-prazer da especulação, às decisões de um mundo considerado rentável em todos os níveis, um mundo totalmente reduzido a ser apenas uma vasta empresa – aliás, não forçosamente administrada por responsáveis competentes. Alguns diriam: um vasto cassino. Não demoraram muito para nos opor e nos impor o respeito das leis misteriosas, mais ou menos clandestinas, da competitividade, e de coroar tudo isso com a chantagem de deslocamento de empresas e de investimentos, a transferência mais

ou menos legal de capitais, acontecimentos que, de resto, ocorrem de qualquer maneira. Chantagem em suma, com meios cada vez mais opressivos. (FORRESTER, 1997, p. 32)

Ao se substituir a “velha” e sedimentada ordem moderna pelo recente, instável, limitado e interdependente modelo neoliberal de globalização, colheu-se como resultado prático a progressão dos impasses políticos e sociais, a fragilização de toda uma cadeia industrial-financeira que resistiu às crises cíclicas do capitalismo, mas agora se arrisca a soçobrar a cada quebradeira de um mercado regional. O que era ocorrência isolada, agora põe em risco todo o sistema financeiro interligado, afetando diretamente as estruturas produtivas.

A “destruição criadora”, que passou a ser utilizada depois da “grande depressão” na década de 1930, como uma estratégia intencional para forçar a modernização das tecnologias industriais e alimentar a competição entre países e mercados concorrentes, parece estar sendo aplicada na contenção financeira e no estrangulamento do desenvolvimento produtivo das economias periféricas dependentes de financiamento dos capitais especulativos internacionais, restando-lhes apenas produzir matéria-prima para os países industrializados. O mercado capitalista globalizado segue tangido pelas crises e instabilidades políticas e econômicas internacionais e pela multiplicação dos conflitos militares regionais. As medidas de “contenção e saneamento” são sempre realizadas pelos economistas e especialistas dos estafes dos governos dos Estados Unidos e União Europeia, que também ditam as diretrizes mundiais do Banco Central dos Estados Unidos, do FMI, BIRD, BID etc., aos países subordinados.

As regras que são impostas são válidas para países ricos e pobres. O que faz a diferença entre eles é o sentido do fluxo financeiro, que segue sempre da periferia para o centro durante a “transfusão” de recursos amealhados com os sucessivos apertos das economias e dos orçamentos nacionais dos países periféricos. Nenhum país rico se importa se o “doador” colonizado está anêmico: sempre será possível subtrair mais algumas reservas de suas artérias econômicas, para preservar intacta a robustez do capitalismo central.

É paradoxal a ocorrência dessa revolução material sem melhoria social, peculiar de um sistema econômico baseado na desigualdade que foi capaz de superar, com as tecnologias digitais, as máquinas-ferramentas e de revolucionar a produtividade, com a introdução da automatização, quase ao ponto de prescindir-se do trabalho repetitivo e de muitas funções burocráticas, gerenciais, e que prospera também com a “mecanização” de muitas atividades intelectuais. Os novos meios foram totalmente apropriados, nessa fase inicial, pelos grandes empresários e conglomerados tecno-financeiros globais vinculados aos interesses estratégicos dos Estados centrais.

Apesar da hegemonia sobre os novos meios produtivos, os países ricos prosseguem dependentes da sanha acumulativa, da ampliação constante de mercados, tanto para alimentar a ciranda especulativa de reservas voláteis e de papéis podres, quanto para expandir o comércio *on-line* de serviços ou de bens de consumo material e simbólico. A reificação do trabalho, que assume formas ainda mais cruéis diante da substituição desenfreada do homem pela máquina, e o fetiche consumista, prosseguirão sendo as duas principais leis universais da ascendente versão binária do antigo e conhecido capitalismo.

Referências

- ARON, R. **Guerra e paz entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- BOMBARDI, L. M. Natureza, ambiente e conflito. In: CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 201-214.
- COLANGELO, A. C. A natureza na Geografia. In: CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 191-201.
- CARLOS, A. F. A. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 09-24.
- CARLOS, A. F. A. Uma geografia do espaço. In: CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 15-28.
- CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. et al (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- FIGUEIREDO, W. S. Pelas veredas do grande sertão: a contribuição da literatura de Guimarães Rosa para uma epistemologia do pensamento geográfico – notas introdutórias. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano XVIII - Vol. XVIII- (1), Jan/Dez – 2014, p. 39-48.
- FIGUEIREDO, W. S. **O Fio de Ariadne e o labirinto da Internet**. Geografia e Tecnologia: a dialética virtual x real. As redes e as ruas: o ciberespaço como dimensão socioespacial. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2020, 203 f.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- LACOSTE, Y. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4.

ed. Campinas: Papirus, 1997.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**. Volume I. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARQUES, M. I. Natureza e sociedade. In: CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 175-190.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. Espaço, cultura e políticas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral – para a crítica da geografia que se ensina**. Niterói: AGB-Niterói, 2004.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis**. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo**. Conflitos e superações no espaço capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

PADUA, R. F. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, Ana Fani A. (Orgs.) **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 15-34.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O espaço geográfico como condição de (re) apresentação da sociedade – notas de debate. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p. 57-67.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M., Folha de S. Paulo. São Paulo, Caderno MAIS! São Paulo, 16 ago. 1997. p. C-1.

SANTOS, M. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano VII - Vol. II, n. 19, Mai/Ago – 2011, p. 04-09.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e

metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014d.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SAVIANI, D. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. **Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 7.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D; DUARTE, N. **Conhecimento escolar e luta de classes. A Pedagogia Histórico-Crítica contra a barbárie**. Campinas-SP: Autores Associados, 2021.

SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (História da vida privada no Brasil - 4).

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VALE, J. M. F. **Valor e Educação: delineamento para uma teoria materialista do valor**. 1983. 205f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.

WINCK-Filho, J. B. M. **Educação a distância: uma pedagogia que utiliza a televisão como tecnologia educacional**. 1993. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo.



Autor: © Mardilson Torres (Bujari-Acre-BR)